



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

Aos 01 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Expediente;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 56, relativa ao dia 25 de janeiro;*
3. *Discussão e votação do Parecer da PPL 49/XIII/2.ª, que «Aprova a Lei da Saúde Pública» - Autor do Parecer: Deputado Luís Soares;*
4. *Discussão e votação do Relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia de 2017-COM(2016)710 - Relator: Deputado Cristóvão Simão Ribeiro;*
5. *Admissão e distribuição da Petição n.º 244 - Solicita que seja analisada a reorganização dos Serviços de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha;*
6. *Outros assuntos.*

*Audições, na sequência da audiência de um grupo de médicos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico, «devido a grave situação existente no CHTMAD»:*

*10:30 Audição da Secção Norte da Ordem dos Médicos, requerimento oral do PSD;*

*11:30 Audição do Sindicato dos Médicos do Norte, requerimento oral do PCP.*

---

#### 1. Expediente

O Presidente iniciou os trabalhos alertando os Deputados de que na próxima reunião vai fazer o ponto da situação dos Grupos de Trabalho criados pela Comissão, quer temáticos quer de processo legislativo.

#### 2. Apreciação e votação da ata n.º 56, relativa ao dia 25 de janeiro

A ata n.º 56, relativa ao dia 25 de janeiro, foi aprovada por unanimidade, estando ausente o PEV.

#### 3. Discussão e votação do Parecer da PPL 49/XIII/2.ª, que «Aprova a Lei da Saúde Pública» - Autor do Parecer: Deputado Luís Soares

O [Parecer relativo à PPL 49/XIII/2.ª](#), que «Aprova a Lei da Saúde Pública» e pretende estabelecer medidas de proteção e de promoção de saúde pública, bem como consolidar num só diploma legislação dispersa, e nalguns casos desatualizada, foi apresentado pelo Deputado Luís Soares. O Deputado mencionou o objeto e motivação da iniciativa, o enquadramento constitucional, legal e antecedentes, remetendo o respetivo enquadramento europeu/direito comparado para a Nota



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

Técnica e reservando a sua opinião para outra sede. Concluiu dizendo que a iniciativa foi apresentada pelo Governo nos termos do artigo 197.º da CRP e do artigo 11.º do RAR e reúne os requisitos constitucionais e regimentais previstos para ser discutida em plenário.

O Deputado Ricardo Baptista Leite felicitou o autor do parecer pelo documento que espelha a PPL, dando nota de que o PSD reserva a sua posição para o Plenário.

O Deputado João Ramos cumprimentou o Deputado pelo Parecer que faz uma abordagem completa do assunto em termos legislação enquadradora, replicando também o conteúdo da Nota Técnica, indicando que o PCP votará favoravelmente.

O Deputado Luís Soares agradeceu as palavras dos Deputados.

O Presidente cumprimentou o Deputado pelo Parecer e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 4. Discussão e votação do Relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia de 2017-COM(2016)710 - Relator: Deputado Cristóvão Simão Ribeiro

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro procedeu à apresentação do Relatório sobre o «Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017 - Realizar uma Europa que protege, capacita e defende [COM(2016)710]». Assinalou que se trata de uma iniciativa que «não reveste natureza legislativa» e que «não cabe a esta Comissão aferir sobre o cumprimento do princípio da subsidiariedade no âmbito da emissão do presente parecer». Enunciou os considerandos, tendo elencado os domínios essenciais de atuação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017 e apresentou um quadro comparativo com as prioridades do Programa para 2017 e para 2016. Referiu que no âmbito das matérias constantes do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2017, foi aprovada uma Resolução da Assembleia da República n.º 98/2016, de 2 de junho, resultante do Projeto de Resolução n.º 263/XIII, apresentado passado pelo GP do PSD, que recomendou ao Governo português que *«implemente, a partir da reorganização de serviços já existentes, o Sistema Nacional de Avaliação de Tecnologias de Saúde (SINATS), criado pelo Decreto-Lei n.º 97/2015, de 27 de julho, reforçando as capacidades da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos da Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), com estruturas que garantam o acompanhamento da situação a nível nacional e que estabeleçam parcerias com os organismos já existentes a nível internacional»*. Concluiu, frisando que a Comissão de Saúde dá por concluído o escrutínio, devendo o presente Relatório ser enviado à Comissão dos Assuntos Europeus.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou Deputado pelo Relatório, dizendo que se existe o compromisso da Comissão Europeia para apresentar iniciativas relativas às tecnologias da saúde,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

e havendo uma Resolução da AR sobre esse assunto, não vê necessidade de incluir no Relatório o último parágrafo, propondo que o mesmo que seja retirado.

O Deputado Moisés Ferreira acompanhou as considerações da oradora que o antecedeu sobre a retirada do último parágrafo do Relatório. Disse que já não o surpreende a forma paupérrima como a Comissão Europeia trata as questões sociais, sugerindo que essa nota é que devia ser mencionada no Relatório, porque não é a primeira vez que destrata os assuntos de saúde.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou o Relator, referindo não considerar relevante que o Relatório faça referência à Resolução da AR n.º 98/2016.

A Deputada Teresa Caeiro cumprimentou o Deputado que, no seu entender, tem margem para inserir os dados que considere relevantes, para mais sendo factuais.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro sublinhou que o relato é factual. Aceita mudar o último parágrafo para a opinião do Relator, o que foi aceite.

O Presidente felicitou o Relator e, com a alteração aprovada, colocou à votação os considerandos e as conclusões, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 5. Admissão e distribuição da Petição n.º 244 - Solicita que seja analisada a reorganização dos Serviços de Saúde da Freguesia de Vinha da Rainha

O Presidente informou que, para além da Petição n.º 240 XIII (2.ª) que «*Solicita que seja analisada a reorganização dos serviços de saúde de Vinha da Rainha*», também baixaram à Comissão de Saúde as Petições n.º 240/XIII/2.ª, na qual os peticionários «*Solicitam que o Hospital de Torres Vedras volte a ter os serviços de saúde de que dispunha em momento anterior ao da criação do Centro Hospitalar do Oeste*» e n.º 248/XIII/2.º, em que os peticionários «*Solicitam a intervenção da AR para prorrogação do prazo para aplicação do regime transitório de atribuição das cédulas profissionais após a entrada em vigor da Lei N.º 71/2013, de 2 de setembro, aplicando-se as mesmas regras previstas na Portaria 181/2014, de 12 de setembro, bem como para os alunos que frequentam e terminam a sua formação*».

Assim, foram admitidas e distribuídas as Petições n.ºs 240, 244 e 248, respetivamente aos Grupos Parlamentares do BE, CDS-PP e PSD, que indicarão os Relatores posteriormente.

Audições, na sequência da audiência de um grupo de médicos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico, «devido a grave situação existente no CHTMAD»

Audição da Secção Norte da Ordem dos Médicos, requerimento oral do PSD



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

O Presidente cumprimentou a delegação da secção norte da Ordem dos Médicos presidida pelo Dr. Miguel Guimarães, que é o Bastonário da Ordem dos Médicos, e pelo Prof. Doutor António Araújo.

O Deputado Luís Pedro Pimentel agradeceu a presença da secção norte da Ordem dos Médicos, designadamente do futuro Bastonário. Apresentou o requerimento oral com o intuito de esclarecer os motivos da demissão de um grupo de médicos adjuntos do Diretor Clínico, assim como sobre as razões que levaram mais de 80 médicos a subscrever um abaixo-assinado. Perguntou se a OM tem conhecimento da situação e como reage às questões de pressão, perseguição e falta de transparência no CH que os médicos demissionários relataram e se a ata da Ordem, que analisa o assunto, é pública. Deu conta de que o CA do Centro Hospitalar, já ouvido na Comissão, desmentiu os factos mencionados pelos médicos.

O Deputado António Sales cumprimentou a delegação da OM e saudou o Dr. Miguel Guimarães pela sua eleição para Bastonário. Informou que após a audição do CA do Centro Hospitalar se ficou com a perceção que tudo estava normalizado. Perguntou se a atuação do CH levou a pôr em risco a segurança dos doentes, se tem havido atitudes persecutórias, se foi apresentada alguma queixa à OM e se existem conclusões à investigação do Ministério ao CA.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a delegação da OM. O caso em causa prende-se com a demissão de cinco médicos adjuntos do Diretor Clínico e com o abaixo-assinado de mais de 80 médicos, pretendendo saber quais as informações que a OM tem, se fez alguma averiguação e quais foram as diligências tomadas.

A Deputada Carla Cruz considerou que a OM, enquanto representante dos médicos, deve esclarecer se havia no CH ausência de regras e quais as diligências efetuadas para apurar os factos e como os interpreta.

O Dr. Miguel Guimarães agradeceu as questões colocadas, dizendo que algumas delas deverão ser postas ao Ministro da Saúde. É público que o ambiente no CHTMAD não é bom, sendo um dos CH com mais deficiências nalgumas especialidades, como a de anestesiologia, que prevê ter 41 profissionais e tem apenas 17. Para resolver o problema é preciso contar com os profissionais e ouvi-los. Disse que a legislação da gestão hospitalar prevê que os adjuntos de diretores clínicos tenham obrigatoriamente de ser ouvidos e é bastante clara quanto à nomeação para as funções de diretores de serviço ou de departamento. Informou que só tem conhecimento da existência de perseguições através dos médicos, que a ata feita pela OM não é pública, mas não tem problema em dá-la a conhecer depois de falar com os médicos. A secção norte da OM visitou o CH duas vezes e questionou o CA sobre os cuidados de saúde a prestar à população.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

No que se refere à contratação de médicos, há regras que não estão a ser cumpridas, e para esclarecer deu o exemplo da abertura do concurso público nacional em 2016 com vista à contratação de médicos nas várias especialidades, que refere 57 vagas para anestesiologia, mas mais de metade dos candidatos desistiram e foram para os hospitais EPE, que têm capacidade de os contratar diretamente. Chamou a atenção para a perda de capacidade formativa por parte de algumas especialidades, nomeadamente a anestesiologia devido à falta de profissionais capacitados para tal, uma vez que os especialistas tarefeiros se deslocam aos hospitais apenas para fazer cirurgias. Mencionou ainda um número insuficiente de profissionais nas especialidades de urologia, oncologia e medicina interna. A questão basilar é que faltam profissionais de saúde no SNS, uns porque abandonam não só os hospitais periféricos, mas também os centrais, e vão para os hospitais privados, onde lhes oferecem melhores condições, outros porque emigram, contribuindo para a limitação da capacidade formativa. Sobre a política de incentivos, que é da responsabilidade do Ministério da Saúde, não é só a parte monetária que é importante, podem ser mais dias de férias ou incentivos fiscais. Para resolver o problema todos têm de dar o seu contributo e a OM está disponível para dar o seu e a AR também poderá contribuir na parte da legislação.

Na segunda ronda de questões usaram da palavra para comentar e pedir esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Pedro Pimentel, António Sales, Moisés Ferreira e Carla Cruz, a que o Dr. Miguel Guimarães respondeu.

O Presidente da Comissão agradeceu a clareza das informações dadas pela secção norte da Ordem dos Médicos.

#### Audição do Sindicato dos Médicos do Norte, requerimento oral do PCP

O Presidente cumprimentou a delegação do Sindicato dos Médicos do Norte, que integrava a Dr.ª Merlinda Madureira e o Dr. Jorge Almeida.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento oral que solicita a audição do Sindicato dos Médicos do Norte, na sequência da audiência de um grupo de médicos do CHTMAD, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico. Entende que os Deputados devem ser esclarecidos cabalmente sobre o caso em apreço, mais concretamente sobre as perseguições a esses médicos. Abordou a questão das nomeações dos novos adjuntos por parte do CA, tendo este afirmado na Comissão que não houve qualquer violação das carreiras médicas.

O Deputado Luís Pedro Pimentel citou alguns aspetos da carta de demissão do grupo de médicos, na qual fazem a denúncia de situações graves, como a existência de pressões, perseguições,



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

ausência de regras cristalinas, assim como a falta de transparência nas novas nomeações. Falou do abaixo-assinado de mais de 80 médicos em defesa do CHTMAD e das carreiras médicas. Sabe que o Sindicato visitou o CH e gostaria que avaliassem a capacidade de resposta, em termos médicos, às populações, tendo em conta que faltam especialistas em diversas áreas.

O Deputado Francisco Rocha saudou a direção do Sindicato dos Médicos do Norte. Deu conta de que o CA, aquando da audição na Comissão, negou qualquer perseguição no CH, tendo também dito que não nomearam médicos graduados seniores para adjuntos do Diretor Clínico, porque não os havia disponíveis. Perguntou ao Sindicato se tem alguma diligência em curso para encontrar soluções para o problema e como é que se poderão enfrentar os desafios de estancar a dívida e atrair novos profissionais nas várias valências para as zonas mais periféricas.

O Deputado Moisés Ferreira agradeceu a presença do Sindicato. Falou das razões que levaram um conjunto de médicos a demitirem-se, alegando que deixaram de ser considerados e ouvidos para gizar as políticas no CH. As queixas referem projetos protelados no tempo, falta de regras e atropelo às carreiras médicas na nomeação dos novos adjuntos, lembrando que a falta de profissionais pode pôr em causa a idoneidade formativa no CH. Pediu ao Sindicato que se pronunciasse sobre os problemas enumerados pelo conjunto de médicos.

A D.ª Merlinda Madureira agradeceu as questões, sublinhando que não estão contra ninguém, pretendem é contribuir para resolver o problema. Disse que a realidade da saúde em Portugal implica esperar muitas horas, porque se criaram hospitais desligados das populações, que o setor público tem de prestar um serviço de vanguarda para benefício das pessoas e que no Hospital de Vila Real não se cumprem as carreiras, porque os diretores dos centros de gestão têm de ter experiência, assim como o Presidente do Conselho de Administração de um Hospital tem de ser alguém que tenha provas dadas na gestão inclusiva e ouvir quem lá está, o que não sucede. Assinalou que os hospitais EPE' são donos de uma estrutura para a qual não contribuíram e um Conselho de Administração nomeado, e não eleito, põe e dispõe, tendo contratado, durante anos, colegas acabados de formar, com vencimentos de topo de carreira, o que causa mau estar entre os outros profissionais.

O Dr. Jorge Almeida complementou os esclarecimentos, assinalando que a demissão dos adjuntos mostra que alguma coisa está mal e os mais necessitados são os mais afetados porque é ao setor público recorrem. Considera que é nas zonas periféricas que as situações começam a deslaçar e atribui o mau funcionamento do Hospital de Vila Real à má definição do Hospital e ao não cumprimento das regras por parte das unidades de gestão. Tem de ser feito o diagnóstico do SNS



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

e melhorar o seu desempenho porque quando os mais qualificados de um hospital vão saindo, o serviço piora e a medicina privada, que é agressiva e vai levar os «*clientes a casa*», cresce.

A terminar, disse que não percebe que se solicite a realização de um Conselho Médico e o Conselho de Administração não o convoque.

Na 2.ª ronda usaram da palavra para pedir esclarecimentos os Deputados Carla Cruz, Luís Pedro Pimentel, Francisco Rocha e Moisés Ferreira, que foram prestados pela Dr.ª Merlinde Madureira.

O Presidente agradeceu a presença do Sindicato dos Médicos do Norte e o esclarecimento das questões.

Esta vídeogravação poderá ser acedida através do seguinte link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1625&title=audicao-da-sindicato-dos-medicos-do-norte>

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da primeira parte dos trabalhos ser acedida através do seguinte link:

[http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170201\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIIILEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170201_1.mp3)

Palácio de São Bento, 01 fevereiro 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 57/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Luís Ferreira  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luísa Salgueiro  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro  
Francisco Rocha  
João Ramos  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Pedro Pimentel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Domingos Pereira  
Luís Vales  
Maria Antónia de Almeida Santos